

Relatório de Avaliação Executiva

Projeto/Programa	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização-Trecho IV - PAC II)
Mapp (Nº e Denominação)	1439 - PAC 2 Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú
Programa (PPA)	722- Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas
Categoria	Estruturante - Infraestrutura Comunitária - Urbanização
Equipe de Avaliação	Guaracyane Lima Campelo (UFC e CAPP/IPECE) Natália Cecília de França (Pesquisadora do CAPP/IPECE) Francisca Zilania Mariano (UFC e CAPP/IPECE)

Sumário do Projeto/Programa

Descrição do Projeto

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: Desapropriação /Indenização (áreas da Barragem e da Urbanização); Construção da Barragem Maranguapinho; Execução de dragagem do Rio Maranguapinho; Execução das obras de Urbanização das margens do Rio divididas em cinco trechos: Trecho 0, Trecho I, Trecho II, Trecho III e Trecho IV; Equipamentos Sociais; Habitação (construção de 13 residenciais para o reassentamento de 9422 famílias); Execução do Trabalho Técnico Social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Sua área de intervenção está dividida em cinco trechos: Trecho Zero vai da Avenida Mister Hull até a Avenida da Independência, localizado no Município de Fortaleza; Trecho I, localizado no Município de Fortaleza, compreende a área desde a Avenida Mister Hull até a Avenida Fernandes Távora; Trecho II, também no Município de Fortaleza, entre a Avenida Fernandes Távora e Osório de Paiva; o Trecho III localizado nos Municípios de Fortaleza e Maracanaú, estando localizado entre a Avenida Osório de Paiva e o Anel Viário de Maracanaú e o Trecho IV, localizado no Município de Maracanaú, compreende a área desde o Anel Viário de Maracanaú até a área de construção da Barragem Maranguapinho.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas, o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente. O presente projeto engloba as Ações de Urbanização do Trecho IV – PAC 2.

Esta ação contribui para a implementação da Política Habitacional, para a Política de Desenvolvimento Urbano e para a Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Ceará Sustentável, no Tema Estratégico: Meio Ambiente, cujo Resultado Temático é Recursos ambientais com uso racional e sustentável, com o indicador: área revitalizada.

No PPA 2020/2023, o Projeto Rio Maranguapinho - Barragem, dragagem e urbanização está inserido no *Eixo*: Ceará Sustentável, no *Tema Estratégico*: Meio Ambiente, *Resultado Temático*: Recursos ambientais com uso racional e sustentável, *Indicadores de Resultado*: Áreas de Risco eliminadas. Inclui-se no âmbito do *Programa*: 722 – Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas, *Objetivo*: 722.1 – Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas; *Iniciativa*: 722.1.01 – Requalificação Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho; *Ações (LOA 2020)*: 10444: Urbanização de Áreas ao Longo das Margens do Rio Maranguapinho.

Objetivo

Objetivo Geral: Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho referentes ao Trecho IV.

Objetivos Específicos: • Promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho; • Evitar o avanço das ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Maranguapinho no Trecho IV;

Público Alvo

O Público Alvo do programa abrange famílias de baixa renda residentes que permanecerão na área referente ao Trecho IV do Rio Maranguapinho (entre a Av. 4º Anel Viário e a Barragem Maranguapinho).

Os critérios adotados para a seleção dos beneficiários são:

- Residir dentro da área de intervenção do Projeto
- Ter renda familiar de 0 a 1/2 salário mínimo.

Considerando tratar-se de Projeto Especial de Urbanização para eliminar áreas de risco, retirada das famílias às margens do Rio, em área definida no Decreto de Desapropriação N°31.991/16, não é exigido documento comprobatório de situação de pobreza.

As famílias que habitavam na área de proteção do Rio – na Área de Proteção Permanente (APP), independente da situação de pobreza foram removidas, ou por indenização ou por reassentamento em Residenciais. Porém as famílias que foram para residenciais, Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), seguiam todas as comprovações de pobreza exigidas pelo programa.T

Principais Ações (2013-2021)

O primeiro ano de execução do Projeto com uso dos recursos financeiros do FECOP foi em 2013, basicamente com elaboração de Laudos de Avaliação de terrenos e benfeitorias, licitação da obra da urbanização, e início das negociações para desapropriação dos terrenos e indenizações de benfeitorias, aplicando no ano R\$ 2.335.511,51 da fonte Fecop.

Em 2014, foi dada continuidade as negociações para desapropriação dos terrenos e indenizações de benfeitorias e foram aplicados R\$ 2.654.217,20.

Em 2015, foi dada continuidade as negociações para desapropriação dos terrenos e indenizações de benfeitorias e iniciada a obra de urbanização estando com 14,14% dos serviços executados, aplicando no ano R\$3.171.079,18 da fonte Fecop.

Em 2016 foi dada continuidade a obra de urbanização estando com 21,72% dos serviços executados, aplicando R\$ 4.633.328,59 da Fonte. Iniciou-se o trabalho de adesão das famílias para o Residencial

Orgulho do Ceará e Jaçanã do Programa Minha Casa Minha Vida. Também foram desapropriados dois terrenos da área da urbanização.

Em 2017 foi dada continuidade a obra de urbanização e até dezembro foi executado 36,65% dos serviços, aplicando R\$ 2.911.661,24. Nesse mesmo ano, 288 famílias foram reassentadas no Residencial Águas de Jaçanã do Programa Minha Casa Minha Vida. Para a informação da população beneficiada no período considerou-se quem recebeu uma Unidade habitacional. Não houve adesão ao Residencial Orgulho do Ceará

Em 2018 e 2019 foi dada continuidade a obra de urbanização somente na margem esquerda, pois a empresa desistiu de executar a margem direita. Não houve aplicação de recursos do Fecop. Em setembro de 2019 a margem esquerda foi concluída e inaugurada.

Em 2020, a urbanização da margem esquerda foi relicitada e a obra foi iniciada em novembro. Os recursos do Fecop foram aplicados na desapropriação de 33 imóveis afetados pela obra.

Em 2021, teve a execução das obras de Urbanização do Trecho IV MD – 7,80Km – Valor total R\$ 22.528.987,63 – Executado 56,25%, Pago R\$ 14.644.432,71.

Resultados esperados (2013-2021)

- Construção da Via Paisagística de proteção e delimitação da Área de Proteção Permanente APP
- Melhoria das condições de habitabilidade da população ao longo do rio Maranguapinho, no Trecho IV.

Sobre a Avaliação Executiva

A avaliação executiva é um tipo de avaliação *ex-post*, ou seja, de intervenções já em andamento. Ela deve ser desenhada de forma a prover uma descrição geral dos programas/projetos e seus processos, aplicando uma abordagem sintética e que demanda pouco tempo e dispêndio de recursos. Como resultado, são providas informações gerais de desenho, execução e desempenho em vez de uma análise meticulosa de todos os detalhes do projeto.

Esta avaliação executiva fornecerá um retrato do desempenho do Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV- PAC 2 em Maracanaú em várias áreas importantes, como design, planejamento estratégico, operação e resultados. Nessa perspectiva, a avaliação executiva apresentará um diagnóstico da capacidade institucional, organizacional e de gestão do projeto que permitirá reflexões sobre estratégias de melhoria do programa, além da orientação pela lógica de monitoramento e avaliação com base em resultados, já adotada no Governo do Estado do Ceará.

De acordo com uma nota técnica publicada pelo Banco Mundial¹, basicamente existem dois modelos principais adotados nas Avaliações Executivas. No chamado Modelo 1, as avaliações são baseadas em um questionário predefinido com um número exato de perguntas, dividida em áreas de atuação e respondidas

¹ Results of the expert roundtables on innovative performance measurement tools. World Bank. Technical Notes, 2: Executive Evaluations. Washington, DC; 2009. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACREGTOPPOVANA/Resources/840442-1235414009766/TechnicalNoteExecutiveEvaluations.pdf>

pelos avaliadores. A avaliação é acompanhada de orientações e critérios detalhados sobre como cada questão deve ser respondida. No Modelo 2, as avaliações, apesar de ter um quadro geral, com áreas predeterminadas de desempenho, são mais flexíveis, no sentido de que os avaliadores possuem autonomia para decidir como avaliar cada área.

A avaliação executiva realizada pelo CAPP/IPECE adota elementos presentes em ambos os modelos, mas segue principalmente o Modelo 1, orientando a análise por um conjunto de questões, organizadas em 5 eixos, a saber:

Eixo I – Propósito e Concepção

Avalia o propósito do programa/projeto e a sua concepção. Considera itens como diagnóstico do problema, a definição dos objetivos, o escopo e o desenho de suas ações. Ressalta-se que um projeto bem formulado nesses aspectos possui maiores chances de alcançar o potencial de transformação desejado.

Eixo II – Planejamento

Avalia a presença de elementos essenciais de planejamento, como desdobramento do objetivo em atividades, metas, custos e medidas de desempenho. Considera-se que o planejamento adequado do programa/projeto é fundamental para que as necessidades da fase de concepção sejam detalhadas e, como consequência, alcançadas.

Eixo III – Execução e Gerenciamento

Avalia a gestão sobre os pontos de vista da supervisão financeira, dos avanços físicos das atividades (quando aplicável), da compilação de dados de desempenho e da responsabilização das ações e atividades. O gerenciamento adequado do programa/projeto é a garantia de que os resultados planejados estão sendo alcançados ou que o programa/projeto necessita de correções de rumo.

Eixo IV – Resultados

Avalia o desempenho do programa/projeto em termos dos resultados alcançados pelas medidas de desempenho planejadas e das informações geradas por avaliações internas ou externas.

Eixo V – Percepção dos beneficiários

Avalia se o programa/projeto coleta dados quanto à satisfação de seus beneficiários e se estas informações são utilizadas para o aprimoramento das ações.

Em cada eixo, temos um conjunto de questões que serão respondidas pelos avaliadores, com base na documentação do programa. O objetivo é apresentar um panorama geral acerca de determinada ação, identificando fragilidades relacionadas, especialmente, ao seu desenho, à sua gestão e implementação. Ao final do processo, a avaliação deve ser capaz de oferecer subsídios para que possam ser propostas, se necessário, recomendações com oportunidades efetivas de aprimoramento e correção de rumos. Também podem ser propostas avaliações adicionais mais aprofundadas.

A avaliação executiva será processada em 5 fases dispostas na seguinte sequência:



Inicialização: compreende na exposição dos objetivos e da metodologia da avaliação executiva; na apresentação da equipe de avaliadores e agendamento de reuniões com a gerência do projeto e demais atores envolvidos.

Coleta de evidências e reuniões: composta por encontros da equipe de avaliação com os gestores; coleta de informações sobre o projeto e levantamento de evidências documentais.

Elaboração dos relatórios: o produto principal da análise será um documento, no formato de relatório. Inicialmente uma primeira versão é elaborada pela equipe de avaliação com base nas evidências coletadas.

Devolutiva: caracteriza-se como um momento de diálogo entre os avaliadores e a equipe do projeto, e consiste na apresentação dos primeiros resultados da avaliação. Nesse momento, são abordadas as principais conclusões do relatório.

Finalização: consiste no encaminhamento da versão final do relatório, além da apresentação e prestação de contas da avaliação ao CCPIS.

Por fim, cabe mencionar que esta avaliação, designada na resolução nº 12 de 2022 deliberada na 12ª Reunião Extraordinária do CCPIS realizada em 02 de maio de 2022. O processo de avaliação será realizado pelo CAPP (Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas), que é vinculado ao IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará).

Eixo I: Propósito e Concepção

1.1. O projeto teve como base algum estudo diagnóstico que permitiu identificar o problema/oportunidade de melhoria que justifica a sua intervenção? Como a identificação foi realizada (demanda da população, demanda política, situação apresentada na mídia)?

Avaliação do item

SIM

O diagnóstico consiste na identificação mais detalhada do problema a ser combatido ou necessidade atendida pela intervenção. Com base nas informações levantadas, deve-se avaliar o problema com o objetivo de compreender suas causas e consequências, constituindo um subsídio essencial para o desenho das ações.

Uma vez diagnosticada uma condição social e econômica a partir da identificação de um problema, parte-se para a etapa de formatação ou prescrição de políticas capazes de atuar sobre a fonte ou a causa desse problema, solucionando-o ou, pelo menos, amenizando-o.

A identificação da fonte ou causa do problema cria a possibilidade de diferentes alternativas de solução e, portanto, de diversas propostas de ações públicas, com custos e benefícios específicos. Nesse sentido, a formulação da política deve levar em conta as ferramentas alternativas possíveis, que sejam mais apropriadas no combate à fonte do problema, compatíveis com as condições e o contexto específico do setor público, e que obtenham maior resultado ou benefício à sociedade ao menor custo possível. Trata-se de desenhar políticas que sejam efetivas e eficientes, e adicionalmente tenham legitimidade social.

No contexto da avaliação executiva, o objetivo é verificar se o diagnóstico inicial foi realizado de forma satisfatória, se de fato havia um problema social que justificasse a existência de uma intervenção pública e se os potenciais causas para esse problema, adotadas por suposições ou identificadas no diagnóstico, são plausíveis e consistentes com o modelo lógico adotado.

O diagnóstico apresenta um bom alinhamento entre o problema apresentado, a solução proposta e os resultados esperados.

O projeto apresenta no arquivo “Relatório Geral – 08-2007” relatório geral disponibilizado, que a identificação do problema teve por base os estudos hidrológicos e hidráulicos inseridos no Plano de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Fortaleza, desenvolvido pela consultora ENGESOFT para o IEPRO/FUNASA em que foi possível determinar a relação vazão escoada × número de famílias atingidas, por meio de contagem das unidades habitacionais dentro de cada faixa de inundação, empregando-se a cartografia digital auxiliada por imagens de satélite da faixa de interesse. E constam estatísticas da Defesa Civil (2001 a 2004) e do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Todavia, não apresenta dados com informações sobre as condições socioeconômicas (indicadores de pobreza), vulnerabilidade socioambiental das famílias em situação de risco e o valor gasto por família (desapropriada) a cada ano. Além disso, falta referências bibliográficas que dão suporte teórico ou empírico à intervenção.

Sugestões

Além das informações socioeconômicas e ambiental das famílias, dados com os percentuais sobre as condições de saneamento básico, água potável e coleta de lixo com o uso de bases atualizadas como a da PNAD contínua (2019, 2020) e/ou da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB, ambas do IBGE e da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) aprimorariam o diagnóstico. O mapeamento das populações residentes às margens do Rio Maranguapinho poderia classificar o nível de vulnerabilidade social correspondentes às áreas de ocorrências de inundações periódicas. Adicionalmente, recomenda-se contextualizar a crise sanitária da Covid-19 e o impacto desta nas ações do projeto supracitado. Por fim, as informações georreferenciadas mostrando a suscetibilidade aos riscos de desastres dos assentamentos precários próximos às margens do rio e o papel das indenizações complementar o diagnóstico.

No estudo de Pinheiro (2021) é apresentado um diagnóstico urbano e ambiental a partir da análise dos indicadores socioeconômicos e dos condicionantes ambientais da bacia do rio Maranguapinho em Fortaleza, de modo a identificar padrões de ocupação habitacionais específicos, de acordo com seu grau de vulnerabilidade. Segue a referência bibliográfica:

PINHEIRO, Janaina Gil Pessoa. Habitar as margens: planejamento urbano em espaços de vulnerabilidade socioambiental na bacia do rio Maranguapinho. 2021.

A problematização do projeto poderia ser embasada com alguns estudos científicos que servem de apoio à intervenção:

DA ROCHA MARQUES, José Matheus; DE LIMA, João Sérgio Queiroz; DE OLIVEIRA SANTOS, Jader. Fragilidade ambiental, vulnerabilidade social e riscos de desastres no baixo curso do rio Maranguapinho, Fortaleza-Ceará-Brasil. *Territorium*, n. 27 (I), p. 25-35, 2020.

KAWASAKI, Akiyuki; KAWAMURA, Genki; ZIN, Win Win. A local level relationship between floods and poverty: A case in Myanmar. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 42, p. 101348, 2020.

DOS SANTOS, L. D. P.; ARAÚJO, H. E. C. Análise dos Aspectos Sociais e Ambientais à Margem do Rio Maranguapinho entre os Bairros Bonsucesso e Granja Portugal (Fortaleza, Ceará). *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais*, v. 10, n. 21, p. 1-21, 2019.

SILVA, Giovanna de Castro. Geoprocessamento aplicado à análise de vulnerabilidade socioambiental do baixo curso do rio Maranguapinho–Fortaleza-CE. 2019.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Não houve estudo detalhado da situação de vulnerabilidade social das famílias, tendo em vista que o Objetivo do Projeto em Geral era delimitar e desocupar a área de preservação ambiental do Rio e a

retirar as famílias dessa área, que se caracterizavam como de risco por morarem na área de enchente do rio.

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

A equipe gestora expõe argumentos esclarecedores. Todavia, reforça-se que as sugestões da equipe de avaliação sejam analisadas.

1.2. O estudo diagnóstico teve como base dados estatísticos e/ou indicadores, ou publicações científicas?

Avaliação do item

PARCIALMENTE

Confirma-se a existência de levantamento de informações que caracterizem a situação-problema. Também se ateu a observar se o projeto faz a correta identificação das causas, da magnitude e das consequências relacionadas à situação-problema.

O projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV- PAC 2 em Maracanaú apresenta o diagnóstico como base em estudos hidrológicos e hidráulicos inseridos no Plano de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Fortaleza, desenvolvido pela consultora ENGESOFT para o IEPRO/FUNASA em que foi possível determinar a relação vazão escoada \times número de famílias atingidas, por meio de contagem das unidades habitacionais dentro de cada faixa de inundação, empregando-se a cartografia digital auxiliada por imagens de satélite da faixa de interesse. E constam estatísticas da Defesa Civil (2001 a 2004) e do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no entanto, não apresenta indicadores pobreza e/ou publicações científicas.

Sugestões

Aprimorar o diagnóstico com informações sobre as condições socioeconômicas (indicadores de pobreza), vulnerabilidade socioambiental das famílias em situação de risco e publicações científicas, conforme sugerido no item 1.1.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Como fazer esse diagnóstico sobre as famílias, se as mesmas já foram reassentadas, e o Projeto está na fase final?

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

A equipe avaliadora compreende as dificuldades enfrentadas pelos gestores, e sugere que a equipe executora do projeto veja as recomendações apontadas no item 1.1.

1.3. O objetivo do projeto é claro e consistente com o problema?

Avaliação do item

SIM

Neste tópico, o foco está em questões sobre a clareza na definição dos objetivos do programa, se este apresenta claramente uma oportunidade de resposta ou enfrentamento ao problema identificado.

Foi verificado se o objetivo do projeto é claro, conciso, direto e não apresenta multiplicidades ou conflitos entre ideias.

De forma geral, os objetivos do projeto são definidos de forma clara.

O objetivo geral é definido como “Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho referentes ao Trecho IV.”

Dentre os objetivos específicos são definidos:

- Promover a Recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho;

• Evitar o avanço das ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Maranguapinho no Trecho IV.

Sugestões

Embora conste a execução do Trabalho Técnico Social junto às famílias que foram reassentadas nos residenciais e junto às famílias que permanecem na área após a implantação da via paisagística, recomenda-se detalhar seu histórico de execução, como e quem realizará esta execução, e sua metodologia para gerar os indicadores de resultado ou outros possíveis para aferição de impacto nos beneficiários (famílias reassentadas e famílias que permanecem na área).

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

1.4. É possível identificar coerência entre a solução proposta pelo projeto e o problema apresentado? As soluções são baseadas em alguma evidência científica?

Avaliação do item

SIM

É possível verificar um bom alinhamento entre o problema apresentado, a solução proposta e os resultados esperados. A proposta tem um bom potencial pois objetiva a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho por meio de ações que visam melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside nas áreas adjacentes ao Rio. O Governo do Estado do Ceará buscou solucionar o problema recorrente das populações localizadas nas proximidades dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, através do Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho – PROMURB que prevê ações de infraestrutura de saneamento e habitações, para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, e a recuperação ambiental das áreas ribeirinhas do Rio.

Sugestões

Recomenda-se referenciar estudos que reforcem a intervenção (política baseada em evidências) como forma de aferir impactos em várias dimensões socioeconômicas de programas de realocação de população em áreas de risco. O intuito seria destacar as similaridades e os diferenciais das intervenções e das metodologias de avaliação de impacto social.

Seguem alguns exemplos nacionais de estudos de casos:

TAVARES, Angelo Cezar Pinho; DE SOUZA FRANÇA, Samara Avelino. A COVID-19 e os desafios da urbanização e habitabilidade nas cidades amazônicas: estudo de caso em Belém do Pará (Paper 471). *Papers do NAEA*, v. 29, n. 1, 2020.

FERRAZ, Júlia Lambert Gomes et al. *Parâmetros a serem respeitados em todas as modalidades de reparação do direito à moradia no contexto do rompimento da Barragem de Fundão: um estudo de caso do reassentamento coletivo de Gesteira*. FGV, 2021.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

1.5. O público alvo do projeto é coerente com o FECOP?

Esse público é universal ou focalizado

Caso seja focalizado, quais os critérios de elegibilidade?

Avaliação do item**SIM**

O público-alvo está coerente com a proposta e com o FECOP, e apresenta uma adequada delimitação. Esse público é focalizado e compreende: Famílias de baixa renda residentes que permanecerão na área referente ao Trecho IV do Rio Maranguapinho (entre a Av. 4º Anel Viário e a Barragem Maranguapinho). Os critérios adotados para a seleção dos beneficiários são: - Residir dentro da área de intervenção do Projeto; - Ter renda familiar de 0 a 1/2 salário mínimo.

Sugestões

No projeto consta que não se exige dos beneficiários os documentos comprobatórios da situação de pobreza por se tratar de um Projeto Especial de Urbanização para eliminar áreas de risco, retirada das famílias às margens do Rio, em área definida nos Decretos de Desapropriação. Todavia, ressalta-se a necessidade de criar critérios de prioridade considerando a situação de vulnerabilidade e pobreza dos beneficiários. Assim como priorizando inicialmente aqueles domicílios localizados bem próximos às margens do rio.

Adicionalmente, recomenda-se adotar como um dos critérios de comprovação de situação de pobreza, o comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal (NIS).

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Esclarecemos que os critérios para as famílias receberem moradias foram aplicados. Para serem indenizados, bastava estarem morando na área de preservação do Rio e comprovarem que residiam no local, no mínimo, há dois anos

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

A equipe avaliadora propõe a possibilidade de acrescentar o comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal (NIS) como um dos critérios de comprovação de situação de pobreza

1.6. Trata-se de uma proposta única no Ceará para solução do problema, sem sobreposição de público alvo e ações com outras iniciativas?**Avaliação do item****SIM**

Nesta questão é considerado se o projeto possui público-alvo e aborda situação-problema de forma distinta de outros esforços estadual, federal, municipal e/ou privado.

O projeto possui interações com outros projetos como o Minha Casa Minha Vida, mas o público alvo é específico até por condições geográficas, o que requer um tratamento por comunidade e específica.

Sugestões

O cruzamento de informações de beneficiários por programas do governo do Estado (Cocó, Maranguapinho e Dendê) pode garantir que o recurso público seja bem focalizado e alcance o maior número de pessoas possíveis.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)**Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)**

EVIDÊNCIAS:

- MAPP 1439 – Rio Maranguapinho – Trecho IV – Redução 790.000,00 dez21
- MAPP 1439 – Rio Maranguapinho – Trecho IV – 29 de jul 2020
- Projeto Rio Maranguapinho – Relatório Geral – 08-2007
- REALIZAÇÕES em 2021 COREV

OBSERVAÇÕES SUGERIDAS PELA EQUIPE GESTORA DO PROJETO E QUE FORAM ACRESCENTADAS NA AVALIACAO :

- (1) Trecho Zero vai da Avenida Mister Hull até a Avenida da Independência(foi alterada a meta);
- (2) As famílias que habitavam na área de proteção do Rio – na APP, independente da situação de pobreza foram removidas, ou por indenização ou por reassentamento em Residenciais. Porém as famílias que foram para residenciais, PMCMV, seguiam todas as comprovações de pobreza exigidas pelo programa;
- (3) Em 2020 foi iniciada a Urbanização da margem direita;

Resposta da Equipe Avaliadora do Projeto: Na documentação (MAPP 1439 – 2021) enviada pela equipe gestora do Projeto consta: *“Em 2020, a urbanização da margem esquerda foi relicitada e a obra foi iniciada em novembro. Os recursos do Fecop foram aplicados na desapropriação de 33 imóveis afetados pela obra.”*

- (4) Fundamental e objetivo geral a delimitação da área de proteção do Rio;
- (5) Não houve estudo detalhado da situação de vulnerabilidade social das famílias, tendo em vista que o Objetivo do Projeto em Geral era delimitar e desocupar a área de preservação ambiental do Rio e a retirar as famílias dessa área, que se caracterizavam como de risco por morarem na área de enchente do rio;
- (6) Como fazer esse diagnóstico sobre as famílias, se as mesmas já foram reassentadas, e o Projeto está na fase final?
- (7) Esclarecemos que os critérios para as famílias receberem moradias foram aplicados. Para serem indenizados, bastava estarem morando na área de preservação do Rio e comprovarem que residiam no local, no mínimo, há dois anos;
- (8) Reforçar que a delimitação da área de proteção do Rio foi implantada com a Urbanização(construção da Via Paisagística).

Eixo 2: Planejamento

2.1. O projeto apresenta um modelo lógico descrevendo recursos, atividades, produtos, resultados e impactos?

Caso não tenha um modelo lógico, é possível construir um modelo lógico com as informações na documentação apresentada (projeto MAPP, termo de referência, outros)?

Avaliação do item

SIM

Uma forma sistematizada de analisar o desdobramento do escopo do projeto é por meio da Matriz de Marco Lógico. A partir da matriz marco lógico apresentada é possível derivar o encadeamento lógico do projeto insumos/ atividades/ produtos/ resultados/ impactos; constando indicadores, meios de verificação e riscos, bem como o alinhamento com a solução proposta.

Encadeamento Lógico Preliminar do Projeto Rio Maranguapinho Trecho -IV

Insumos

Recursos: financeiros, humanos.

Atividades

- 1- Construção de Residenciais
- 2- Realizar a mudança das famílias para os Residenciais
- 3- Firmar Termo de Acordo para o benefício do aluguel social
- 4- Indenização de benfeitorias
- 5- Desapropriação de terrenos
- 6- Execução da obra de urbanização
- 7- Execução da obra da barragem
- 8- Execução da obra de dragagem
- 9- Execução da obra dos equipamentos comunitários
- 10- Realização de trabalho técnico social

Produtos

- 1- Unidades Habitacionais construídas
- 2- Barragem construída
- 3- Rio dragado
- 4- Área urbanizada, Área de proteção delimitada implantada com a Urbanização (construção da Via Paisagística).
- 5- Equipamentos comunitários construídos

Impactos de Curto Prazo

- 1- Eliminação das áreas de risco à margem do rio
- 2- Melhoria das condições de moradia das famílias realocadas


Impactos de Longo Prazo

- 1-Melhoria da renda da família beneficiada**
- 2.Redução do déficit habitacional no Estado**

Justificativa

O projeto apresenta seu Marco Lógico condizente com a proposta inicial e com potencial para alcançar seus objetivos. Descreve nele os recursos, atividades, produtos, resultados e impactos. O escopo do projeto apresenta ações com bom potencial para alcançar seus objetivos. No entanto, algumas ações colocadas no Marco Lógico como “Execução da obra da barragem”; “Execução da obra de dragagem”; “Execução da obra dos equipamentos comunitários” não estão descritas nas atividades do texto do item 8 do projeto. Além disso, apenas um produto (áreas urbanizadas) é mencionado no item 9 do MAPP, enquanto, na matriz de Marco Lógico são apresentados 5 produtos, como por exemplo, “Unidades Habitacionais construídas”; “Barragem construída”; “Rio dragado”; “Área urbanizada”; “Equipamentos comunitários construídos”.

Sugestões

Faz-se necessário alinhar e deixar claro quais são as atividades e produtos que este projeto pretende oferecer, pois, não se identificou uma padronização de informações nas seções contidas no projeto e nos pontos destacados na Matriz de Marco Lógico.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

A equipe gestora solicitou acrescentar “**Área de proteção delimitada implantada com a Urbanização(construção da Via Paisagística)**” na seção produto do encadeamento lógico.

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

A equipe avaliadora acrescentou este comentário, todavia, solicitamos que seja acrescentado também no próximo projeto a ser submetido ao CCPIS.

2.2. Existem estimativas claras e critérios para a definição dos recursos financeiros do projeto?**Avaliação do item****SIM**

Uma questão importante a ser avaliada é se existem critérios claros para a definição de volume de recursos solicitados e se são considerados parâmetros de custo que subsidiam a estimativa dos recursos necessários.

De acordo com os arquivos “Plano de trabalho” e “MAPP 1439 de dezembro de 2021”, o projeto delimita exatamente a área que fará parte da urbanização do Trecho IV e apresenta uma estimativa do total de recursos necessários para a implementação do projeto, estimando um total de 4021 pessoas a serem beneficiadas com a urbanização, em que, destas, 561 famílias serão reassentadas em novas unidades habitacionais. Além disso, o projeto apresenta o quadro da execução financeira de 2013 a 2020, identificando o valor total aplicado e o número de beneficiários.

De acordo com “Relatório de Desempenho”, a meta para 2021 foi executar 35,00% (trinta e cinco por cento) do total da obra de urbanização do Trecho IV, margem direita. Com o intuito de alcançar a meta prevista, foi programado para o ano em análise o valor total de R\$ 32.416.917,59 (trinta e dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), dos quais R\$ 8.710.000,00 (oito milhões, setecentos e dez mil reais) da fonte Fecop, e R\$

23.706.917,59 (vinte e três milhões, setecentos e seis mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) da fonte Governo Federal (PAC 2).

Sugestões

Sem sugestões.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

2.3.O projeto definiu indicadores orientados a resultados para todos os componentes do modelo lógico?

No projeto verifica-se formas de coleta das informações utilizadas para o cálculo destes indicadores?

Avaliação do item

SIM

Considerando boas práticas de monitoramento de programas, cada elo do encadeamento lógico deve apresentar indicadores de monitoramento e seus meios de verificação.

A partir da matriz de Marco Lógico apresentada no projeto, verifica-se a presença de indicadores de resultados relacionados à estratégia, que são acompanhados e permitem orientar o seu gerenciamento. A referida matriz também mostra os meios de verificação dos indicadores, ou seja, como são obtidos os dados para o cálculo.

Quadro 1- Indicadores do Encadeamento Lógico do Projeto Rio Maranguapinho – Trecho IV

Componentes	Indicadores
Insumos	% de Recursos aplicados % de Recursos aplicados nº de servidores e colaboradores trabalhando no projeto
Atividades	% de obra executada dos residenciais nº de mudanças realizadas nº de Termos de acordo assinados nº de indenizações pagas nº de desapropriações pagas % de obra executado referente às obras da urbanização % de obra executado referente às obras da barragem % de obra executado referente às obras de dragagem % de obra executado referente às obras dos equipamentos comunitários nº de atividades executadas
Produtos	% de unidades construídas % da obra da barragem Km do serviço de dragagem executado % de área urbanizada % da obra dos equipamentos

Resultados	% de redução de área de risco
	% de pessoas com acesso a moradia adequada
Impactos	% de famílias com melhoria da renda
	% de redução do déficit habitacional

Sugestões

Embora o projeto apresente indicadores em todos os componentes do Modelo Lógico, o projeto não apresenta padronização entre as atividades e produtos citados no texto do MAPP com os que estão expostos na matriz de Marco Lógico. Se os MAPPs 1439 de 2020 e 2021 são direcionados apenas para as obras de urbanização, a Matriz de Marco Lógico deve constar apenas as atividades e produtos relacionadas à urbanização.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

2.4. O projeto possui linhas de base (indicadores de atividades, produtos, resultados e impacto) que permitem identificar o seu ciclo de vida?

Avaliação do item

NÃO

Uma linha de base é composta pelo conjunto de objetivos do projeto e a descrição das ações que vão permitir a realização destes objetivos, ou seja, os planos para sua execução. Deve constar, também, a situação inicial dos indicadores a serem acompanhados pelo projeto, servindo como referência para as comparações entre o planejado e o realizado.

Sugestões

O projeto apresenta exatamente a delimitação inicial da área a ser urbanizada em torno do Rio Maranguapinho, com o total de famílias que residem no local e que serão beneficiadas. Além disso, de acordo com o documento “Relatório Trecho IV” foram feitas entrevistas e aplicação de questionários junto à população residente nas áreas de intervenção, composto de perguntas abertas e fechadas. A partir deste, foi possível estabelecer um perfil socioeconômico destas famílias, caracterizar a situação dos imóveis e estabelecer metas para implementação do projeto. Por fim, os MAPPs apresentam os percentuais de obras que serão realizadas em cada ano.

Todavia, não foi possível identificar a linha de base para os indicadores de resultados apresentados no projeto. A partir das informações coletadas nos questionários junto às famílias, sugere-se criar índices sobre as condições de moradia, déficit habitacional e condições socioeconômicas, de forma, que se possa acompanhar esses indicadores ao longo do processo, aplicando novamente estes questionários às mesmas famílias após a intervenção.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

2.5. O projeto apresenta um cronograma detalhado de metas e prazos?**Avaliação do item****SIM**

Embora o projeto estabeleça metas para o ano e possua um cronograma financeiro com os valores planejados e executados em cada mês, todavia, não foi possível identificar um cronograma das ações que serão implementadas. Todavia, no arquivo “Plano de Trabalho” foi possível identificar um cronograma de execução, descrevendo as ações e prazos.

Sugestões

Inserir no próximo MAPP o cronograma de execução identificado no Plano de trabalho.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)**Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)****2.6. O projeto identifica todos os atores envolvidos, bem como apresenta uma descrição das responsabilidades?****Avaliação do item****SIM**

A partir do projeto mais recente, MAPP do ano 2021, elaborou-se uma síntese da relação entre cada atividade do programa e os atores responsáveis por sua execução.

Quadro 2 - Diagrama das Atividades do Projeto Rio Maranguapinho – Trecho IV

Atividades	Responsáveis
Efetuar a indenização de terrenos e benfeitorias	Equipe técnica social da Secretaria das Cidades; Técnicos da PROPAMA; Procurador Geral; Setor Financeiro.
Execução da obra de urbanização	Construtora contratada
Fiscalização da execução da obra	Técnicos da Secretaria das Cidades

Sugestões

Sem sugestões.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)**Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)**

2.7. O projeto está alinhado com estratégias e prioridades de governo de médio e longo prazo?

Avaliação do item

SIM

Nesse tópico, é avaliado se o planejamento do programa está exibido nas estruturas programáticas oficiais (PPA e LOA). Conforme apresentado no MAPP para o ano 2021, item 2, o projeto está alinhado com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Ceará constando no PPA 2020-2023 dentro da seguinte estrutura:

Eixo Governamental:	Ceará Sustentável
Tema Estratégico:	Meio Ambiente
Programa:	722 – Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas
Iniciativa:	722.1.01 – Requalificação Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho
Entrega principal:	Unidades habitacionais construídas, área urbanizada e preservada

O orçamento destinado ao projeto está presente na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com o MAPP 2021, as ações do projeto inserem-se na ação orçamentária 10444: Urbanização de Áreas ao Longo das Margens do Rio Maranguapinho. No Demonstrativo da Despesa por Programa na LOA 2021, foi destinado R\$ 3.500.000,00 para o código do Projeto 10445- Execução dos serviços de dragagem no rio Maranguapinho.

Sugestões

Sem sugestões.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

2.8. O planejamento do projeto identifica riscos?

Avaliação do item

SIM

Na Matriz de Marco Lógico são incorporados pressupostos de risco para cada etapa do processo. Dentre os riscos identificados, tem-se:

- Atraso na liberação dos recursos;
- Não renovação dos contratos de terceirização e de gestão;
- Atraso na execução das obras;
- Família realizar mudança por conta própria;
- Família não aceitar o acordo;
- Família não aceitar o valor proposto no laudo de avaliação;
- Atraso na execução das obras
- Atraso no cronograma de atividades

No entanto, deve-se ressaltar que no item 14 do MAPP 2021 consta apenas os seguintes riscos: “**A demora na negociação dos terrenos e indenização de benfeitorias, e a demora na no processo**”

licitatório para contratação da empresa para executar a urbanização da margem direita poderá prejudicar o alcance da meta para 2021”.

Sugestões

Sugere-se alinhar os riscos apresentados no item 14 com os que estão expostos na Matriz de Marco Lógico. Além disso, seria importante especificar as ações preventivas e corretivas com o propósito de minimizar os riscos identificados.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

EVIDÊNCIAS:

- MAPP 1439 – Projeto: Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização-Trecho IV - PAC II)
- Relatório Trecho IV
- Plano de trabalho
- Relatório de Desempenho

Eixo 3: Execução e Planejamento

3.1. O projeto possui uma oferta efetiva de bens e/ou serviços para a sociedade? Essa oferta é condizente com a demanda por este bem e/ou serviço?

Avaliação do item	SIM
<p>O Relatório Geral do Projeto Rio Maranguapinho apresentado pela equipe executora traz uma contextualização a respeito da gravidade da situação vivenciada pelas famílias residentes em áreas de risco de alagamento. Os dados mostram que essas famílias são acometidas por insegurança alimentar, falta de saneamento básico adequado, bem como incidência de doenças provocadas pelas inundações. Nesse contexto, é extremamente importante a atuação do poder público com o objetivo de melhorar a condição de vida dessas pessoas.</p> <p>No Relatório do Trecho IV, é destacado que o PROMURB - Maranguapinho foi elaborado com base num esforço concentrado de integração entre diferentes planos e programas governamentais oriundos de órgãos distintos. Esse relatório também mostra diversas informações sobre as famílias que residem nas áreas de intervenção, como uma forma de fornecer informações úteis para os gestores da política. O projeto é baseado em grandes intervenções físicas e orçamentárias incluindo em suas metas: Urbanização e Habitação. Nota-se nos relatórios de monitoramento entregas parciais das obras propostas pelo programa.</p> <p>Vale destacar que as intervenções do projeto carregam um risco natural pela dimensão dos mesmos e por fatores não controlados como condições climáticas, mudanças comportamentais dos beneficiários, ou até epidemiológicas.</p>	
Sugestões	
<p>Sugere-se fazer o mapeamento temporal de cada intervenção em sua execução física, acompanhada de registro fotográfico por setor de intervenção, e por acúmulo de famílias beneficiadas.</p> <p>É importante sempre manter as bases de dados atualizadas, para que as ações do projeto melhorem de maneira efetiva a condição de vida da população beneficiada.</p>	
Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)	
Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)	

3.2. Existe monitoramento de atividades e produtos?

De que forma a gestão do projeto faz esse monitoramento (calcula indicadores, evidências documentais)?

Avaliação do item	SIM
<p>O projeto expõe um conjunto diverso de registros e fontes de informações para acompanhamento da execução das obras.</p> <p>Dentro da estrutura de monitoramento do projeto destaca-se as reuniões quinzenais entre o gerente do projeto e os técnicos sociais sobre o andamento das ações. Além disso, há a elaboração de</p>	

planilhas e relatórios de acompanhamento por parte da equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPEs, juntamente com a equipe da Gerenciadora.

A matriz de marco lógico apresenta os indicadores de atividades: % de obra executada dos residenciais; nº de mudanças realizadas; nº de Termos de acordo assinados; nº de indenizações pagas; nº de desapropriações pagas; % de obra executado.

Os indicadores de produtos são: % de unidades construídas; % da obra da barragem; Km do serviço de dragagem executado; % de área urbanizada; % da obra dos equipamentos.

Sugestões

Sugere-se o monitoramento e todos os indicadores de atividades e produtos apresentados na Matriz de Marco Lógico.

Seria interessante dar publicidade às planilhas e aos relatórios de acompanhamento que são utilizados no monitoramento das ações do projeto.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

3.3. O projeto apresentou execução financeira adequada nos últimos 2 ou 3 anos (execução superior a 85%)?

Alguma característica específica do projeto afeta o nível de execução?

Avaliação do item

SIM

Pode-se considerar que a execução financeira dos recursos é eficiente quando a relação entre o valor empenhado e o valor aprovado for igual ou superior a 85% (Adotando o mesmo parâmetro do Manual de Avaliação Executiva de MG).

Considerando esse parâmetro e as informações apresentadas, o Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú se mostrou eficiente na execução financeira.

Quadro 03 – Valores FECOP por Número de Beneficiários

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor Total Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiários
2011	0,00	1.895,40	-
2012	0,00	7.345,24	-
2013	2.335.511,51	2.335.511,51	-
2014	2.654.217,20	2.872.241,44	65
2015	3.171.079,18	4.296.672,21	24
2016	4.633.328,59	10.763.925,99	8
2017	2.911.661,24	7.526.998,57	1.186
2018	0,00	11.106.173,29	-
2019	0,00	4.574.193,84	-
2020	2.895.589,82	3.796.417,30	135
TOTAL	18.601.387,54	47.281.374,79	1.418

Fonte: MAPP 1439 - PAC 2 Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú (2021)

Conforme as informações compiladas pela gerência executiva do FECOP, o Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú possui elevado grau de execução financeira, executando 97,07% do valor aprovado em 2021. O quadro abaixo expõe estes valores.

Quadro 04 - Execução Financeira

MAPP aprovado pelo CCPIS (valor em R\$)	Valor empenhado (valor em R\$)	Pago (valor em R\$)	%
8.710.000,00	8.707.278,83	8.454.619,51	97,07

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF/2021.

Sugestões

Sugere-se o acompanhamento da execução financeira de todas as ações do Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

3.4. Com as informações da documentação apresentada, é possível construir medidas de eficiência do projeto?

Os gestores do projeto monitoram indicadores de eficiência do projeto?

Avaliação do item

PARCIALMENTE

Eficiência refere-se à boa utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) em relação às atividades e resultados atingidos, ou seja, alcançar resultados com o menor comprometimento de recursos, prezando pela qualidade. Por exemplo, atividades planejadas por atividades realizadas e custo total por pessoas atingidas.

Nesse aspecto, o projeto não apresenta procedimentos gerenciais (otimização de processo de compras, comparação de custos e benchmarking, melhoria em tecnologias de informação, inovação em processos e outros) efetivos e com métricas definidas, com vistas a garantir o uso mais eficiente dos seus recursos.

Com as informações da documentação apresentada é possível a construção de medidas de eficiência do projeto, todavia não é apresentado monitoramento desses indicadores.

O projeto apresenta o histórico da distribuição dos recursos, bem como o contingente de pessoas beneficiadas. No entanto, não são estabelecidas relações entre os recursos e os produtos do projeto ou entre os recursos e indicadores de resultado.

Sugestões

A mensuração da eficiência do programa pode ser avaliada ao conciliar indicadores de resultados e informações financeiras do programa. Com vistas a avaliar a eficiência do projeto, relacionar o volume de recursos aplicados a indicadores de resultados apresentados na Matriz de Marco Logico:

- Percentual de redução da área de risco;
- Percentual de pessoas com acesso à moradia adequada.

Também seria interessante construir métricas que relacionem o volume de recursos empregado com os indicadores de impacto que constam na matriz de marco lógico:

- Percentual de famílias com melhoria da renda;
- Percentual de redução do déficit habitacional.

Construir indicadores de eficiência como:

- Índice de execução financeira e física (medida do custo-benefício por qualidade do gasto).

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

3.5. O projeto conta com efetivo monitoramento de risco?

Avaliação do item

PARCIALMENTE

Conforme o MAPP 1439, os pressupostos de risco que podem comprometer a execução das ações do projeto incluem:

- Demora na negociação dos terrenos e indenização de benfeitorias;
- Demora no processo licitatório para contratação da empresa para executar a urbanização da margem direita;
- Atraso na liberação dos recursos;
- Não renovação dos contratos de terceirização e de gestão;
- Família não aceitar o acordo.

Verificou-se um cronograma com indicadores físicos e financeiros acerca da desapropriação de terrenos para as obras de urbanização.

Sugestões

Seria interessante o acompanhamento sistemático dos indicadores físicos e financeiros para verificação do cumprimento das metas a respeito das desapropriações.

Além disso, dar publicidade a relatórios que acompanhem os demais pressupostos de risco, bem como implementar medidas para uma efetiva gestão dos riscos do projeto.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

3.6. O projeto faz o monitoramento de resultados?

Existem instrumentos para este monitoramento (coleta de informações periódicas, banco de dados disponível, pessoal capacitado, entre outros)?

Avaliação do item

PARCIALMENTE

A documentação apresentada permite o acompanhamento da execução das ações do projeto. Um ponto a ser destacado é a possibilidade de que estes registros sejam sistematizados de forma a permitir o cálculo de indicadores de resultados e de impactos esperados do programa.

Na Matriz de Marco Logico são apresentados os indicadores de resultados:

- Percentual de redução da área de risco;
- Percentual de pessoas com acesso à moradia adequada.

Sugestões

Sugere-se o monitoramento e todos os indicadores de resultados apresentados na Matriz de Marco Lógico.

Visando melhorar a coerência entre os indicadores e os resultados esperados, sugere-se o acompanhamento de indicadores como:

- Índice de qualidade da água cujo impacto seria a capacidade de abrigar a vida aquática, de abastecer a população e de promover saúde e lazer para as famílias beneficiadas;
- Número de famílias que deixaram de residir em áreas de risco pela realocação ou que deixaram de ser classificadas em áreas de risco por benefício das obras realizadas.

Outra sugestão é a manutenção de uma base de dados com informações sobre as características socioeconômicas e de percepção dos beneficiários de modo a gerar indicadores de acompanhamento do projeto. Além disso, é possível com essa base de dados realizar cruzamentos com outras bases de outros projetos ou da própria secretaria e do Estado.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

3.7. Há transparência e publicidade de gastos e do desempenho do projeto?

Avaliação do item

SIM

O projeto disponibiliza informações relativas à gestão (objetivo, escopo, ações) e resultados de suas ações através de relatórios e documentos.

Sugestões

Sugere-se apresentar informações sistematizadas sobre o acompanhamento da execução financeira, sempre comparando com as metas estabelecidas pelo projeto.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

EVIDÊNCIAS:

- Relatorio-de-Desempenho-Fisico-Financeiro-do-FECOP-2021
- parcelas fecop trecho IV 2020.pdf
- RELATÓRIO TRECHO IV.pdf

- Situação dos Projetos da COREV JANEIRO 22.docx
- Realizações em 2020 COREV.docx
- REALIZAÇÕES em 2021 COREV.docx
- Projeto Rio Maranguapmho - Relatório Geral - 08-2007.doc
- Decreto desapropriação 31.991 trecho IV.pdf
- PLANO DE TRABALHO TRECHO IV PAC 2 valendo.doc

Eixo 4: Resultados

4.1. O projeto avalia indicadores de resultado e impacto?

A trajetória desses indicadores é favorável (em relação às linhas de base)?

Avaliação do item

NÃO

Conforme descrito no item 2.3, embora exista um relatório base constando informações iniciais sobre a amostra que o projeto pretende atender, identificando o período de atuação, estatísticas descritivas, metas, um questionário com perguntas que podem ser utilizadas para a criação de indicadores de resultado e impacto, não conseguimos identificar a criação e acompanhamento destes indicadores.

Sugestões

Elaborar índices de resultado e impacto com base nas perguntas aplicadas às famílias na situação inicial do projeto. Após esta criação, é importante manter as bases de dados atualizadas, e realizar periodicamente o monitoramento dos indicadores calculados, aplicando novamente estes questionários às mesmas famílias após a intervenção do projeto.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

4.2. As metas (de resultados e impactos) estabelecidas foram alcançadas nos últimos anos?

Avaliação do item

NÃO

As informações apresentadas mostram o cumprimento das metas em relação ao percentual das obras e de famílias atendidas. No entanto, não foram apresentadas metas em relação aos indicadores de resultado e impacto.

Sugestões

Após a criação dos indicadores sugeridos o item anterior, sugere-se o estabelecimento de metas para os indicadores de resultado e impacto e seu respectivo acompanhamento.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

4.3. O projeto apresenta informações que permitem confrontar os resultados e impactos com os custos do mesmo?	
Avaliação do item	NÃO
Não foi apresentada uma análise de custo-benefício correspondente à estimação dos benefícios tangíveis e intangíveis do programa e os custos de sua realização.	
Sugestões	
Incluir documentos do processo de estimativa de custos do projeto. Utilizar a análise custo-benefício e a análise custo efetividade para relacionar os custos do programa com seus resultados. Custo-benefício = Valores dos efeitos do programa/Custos Custo-Efetividade = Efeitos do programa em termos físicos/Custos	
Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)	
Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)	

4.4. O projeto já foi submetido a outras avaliações anteriormente (de qualquer tipo)?	
Avaliação do item	NÃO
Não foi possível identificar alguma avaliação externa deste projeto.	
Sugestões	
Seria interessante que a secretaria contratasse uma equipe externa ao Projeto para implementar uma avaliação de impacto, a fim de verificar se o projeto está alcançando seus objetivos propostos e mensurar qual o efeito deste projeto sobre os indicadores de resultados para as famílias beneficiadas.	
Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)	
Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)	

4.5. O projeto apresenta elementos (linha de base, bancos de dados, possibilidade de construir grupo de controle) que permitem uma avaliação de impacto no futuro?	
Avaliação do item	PARCIALMENTE
O projeto reúne elementos essenciais para a formulação de uma proposta de avaliação de impacto no futuro (público alvo e beneficiários bem delimitado, base de dados cadastral e monitoramento das	

ações). Além disso, através dos questionários que foram aplicados às famílias antes da intervenção é possível construir indicadores de resultados que podem ser utilizados na avaliação de impacto. No entanto, deve-se criar e mensurar estes indicadores, no período anterior e posterior à política. A maior dificuldade poderia residir na construção de um grupo de controle, uma vez que todas as famílias do trecho IV serão beneficiadas.

Sugestões

Um ponto que deve ser considerado em uma proposta de avaliação é a definição de um possível grupo de comparação (controle) que não serão beneficiários do projeto, apesar de serem fortes candidatos. Seria interessante construir este grupo com os moradores de outro trecho do Rio Maranguapinho, mas que ainda não tenham sido beneficiados com o projeto. Além disso, os indicadores de resultados devem ser criados e mensurados com os dados coletados no questionário.

Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)

Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)

EVIDÊNCIAS:

- MAPP 1439 – Projeto: Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização-Trecho IV - PAC II)
- Relatório Trecho IV
- Plano de trabalho
- Relatório de Desempenho

Eixo 5: Percepção dos Beneficiários

5.1. O projeto coleta informações e produz relatórios a respeito da percepção dos beneficiários?

Avaliação do item	NÃO
<p>A percepção dos beneficiários traz informações importantes para a conclusão de uma análise executiva satisfatória. Dessa forma, faz-se necessário o levantamento diretamente com os beneficiários a respeito dos níveis de satisfação e percepções gerais sobre a política, pois o contato com os usuários pode informar aos gestores os eventuais problemas de implementação e o alinhamento das atividades com as reais necessidades da população.</p>	
Sugestões	
<p>De forma explícita, o Projeto Rio Maranguapinho - Trecho IV em Maracanaú não contempla nenhum relatório com a percepção dos beneficiários. Sugere-se aplicar entrevistas com os moradores das áreas beneficiadas pelas ações do projeto, por meio de questionário incluindo perguntas sobre satisfação e dificuldades encontradas, e em seguida, elaborar relatório com informações pertinentes, mantendo-o sempre atualizado.</p>	
Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)	
Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)	

5.2. O projeto utiliza a percepção dos beneficiários para implementar mudanças?

Avaliação do item	NÃO
<p>O Projeto não utiliza a percepção dos beneficiários no gerenciamento de mudanças.</p>	
Sugestões	
<p>Sugere-se incorporar a percepção dos beneficiários ao propor mudanças no projeto. Além disso, manter os relatórios atualizados.</p>	
Devolutiva - Comentários (equipe gestora ou executora do programa/projeto)	
Devolutiva - Comentários (equipe de avaliação)	

EVIDÊNCIAS:

- Sem evidências.